



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA

AVANY ALVES DOS SANTOS
MARCILEIDE ALVES DOS SANTOS

**ESPAÇO NÃO-FORMAL DA EDUCAÇÃO: O ASSOCIATIVISMO NA
COMUNIDADE DE LAGOA SUJA – FEIRA DE SANTANA - BA**

FEIRA DE SANTANA
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NA
ÁREA DE CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA

AVANY ALVES DOS SANTOS
MARCILEIDE ALVES DOS SANTOS

**ESPAÇO NÃO-FORMAL DA EDUCAÇÃO: O ASSOCIATIVISMO NA
COMUNIDADE DE LAGOA SUJA – FEIRA DE SANTANA - BA**

FEIRA DE SANTANA
2020

AVANY ALVES DOS SANTOS
MARCILEIDE ALVES DOS SANTOS

**ESPAÇO NÃO-FORMAL DA EDUCAÇÃO: O ASSOCIATIVISMO NA
COMUNIDADE DE LAGOA SUJA – FEIRA DE SANTANA - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Campo Área Ciências da Natureza ou Matemática do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia em Sustentabilidade, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo na Área das Ciências da Natureza

Orientadora: Prof.^a Tatiana Ribeiro Velloso

FEIRA DE SANTANA
2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

AVANY ALVES DOS SANTOS

MARCILEIDE ALVES DOS SANTOS

**ESPAÇO NÃO-FORMAL DA EDUCAÇÃO: O ASSOCIATIVISMO NA
COMUNIDADE DE LAGOA SUJA – FEIRA DE SANTANA - BA**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido sob avaliação da Comissão Avaliadora
constituída por:



Tatiana Ribeiro Velloso (Doutora em Geografia)



Isabel de Jesus Santos (Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local)



Geusa da Purificação Pereira (Doutora em Extensão Rural)

Aprovada em: 18/12/2020

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois ele é meu guia, minha proteção, amparo, fortaleza e alegria em todos os meus trabalhos, tribulações e agonias. A meus familiares, professores e a todos integrantes da associação AAFCOOLAS.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me dar força e saúde para concluir essa pesquisa.

Aos meus familiares, pelo incentivo e apoio.

Aos professores, em especial, a professora Tatiana Velloso que aceitou orientar essa pesquisa, dando suporte e apoio necessário.

À Associação de Pequenos Agricultores Familiares de Lagoa Suja e Adjacências (AAFCOOLAS) em que seus associados e associadas abraçaram com muita dedicação as atividades desenvolvidas na associação.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram no processo de formação. Muito obrigada!

Ao contrário do que muita gente imagina, a gente não nasce pronto e vai se gastando, a gente nasce não pronto e vai se fazendo.

(Mario Sergio Cortella)

RESUMO

Este trabalho busca analisar o associativismo no desenvolvimento das atividades da Associação de Pequenos Agricultores Familiares de Lagoa Suja e Adjacências (AAFCOOLAS), localizada no Distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana - BA, no Território de Identidade Portal do Sertão, a partir do Estágio Curricular Obrigatório III. Nesta perspectiva, foram analisadas as contribuições do associativismo, como espaço não-formal da Educação do Campo, a partir da realidade dos agricultores familiares da Associação de Pequenos Agricultores Familiares de Lagoa Suja e Adjacências (AAFCOOLAS) no município de Feira de Santana. Para o desenvolvimento deste trabalho, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, através da pesquisa participante, seguindo os instrumentos de: pesquisa documental, através do Relatório do Estágio Curricular Supervisionado III; pesquisa bibliográfica, a partir das referências utilizadas no Curso da Licenciatura em Educação do Campo, com as categorias Educação do Campo, a partir do espaço não-formal, o associativismo e a agroecologia. O desenvolvimento do estágio na AAFCOOLAS possibilitou compreender como o processo associativo contribuiu para o enfrentamento dos problemas da comunidade e possibilitando a realização da educação não-formal que visa o desenvolvimento da comunidade, além de contribuir para formação sócio-política dos estudantes da Educação do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Associativismo; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze from the Mandatory Curricular Stage III the associativism in the development of the activities of the Association of Small Family Farmers of Lagoa Suja e Adjacências (AAFCOOLAS), located in the District of Maria Quitéria, in Feira de Santana - BA, in the Territory of Identity Portal do Sertão. In this perspective, it aimed to analyze the contributions of associativism as a non-formal space for Rural Education, based on the reality of family farmers in (AAFCOOLAS) in the municipality of Feira de Santana. For the development of this work, the qualitative approach and the techniques of participatory research were used, followed by the instruments: documentary research, through the Supervised Curricular Internship Report III; bibliographic research based on the references used in the Degree in Rural Education, with the categories Rural Education from the non-formal space, associativism and agroecology. The development of the internship at AAFCOOLAS made it possible to understand how the associative process contributes to facing the problems of the community and making it possible to carry out non-formal education aimed at the development of the community benefiting everyone, in addition to contributing to the socio-political training of students in the community. Rural education.

Keywords: Rural Education; Associativism; Family farming.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PROCESSO METODOLOGICO	13
3. A FORMAÇÃO DO CONTEXTO AGRÁRIO DE FEIRA DE SANTANA	15
4. O ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE DE LAGOA SUJA	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de reflexões das atividades realizadas durante o Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza, na modalidade da Pedagogia da Alternância, do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Essa pesquisa foi iniciada a partir da realização do Estágio Curricular Obrigatório III, em espaços não formais de educação, desenvolvido na Associação de Pequenos Agricultores Familiares de Lagoa Suja e Adjacências (AAFCOOLAS), localizada no Distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana - BA, no Território de Identidade Portal do Sertão.

A escolha desta comunidade para desenvolver a pesquisa se deu porque residimos e participamos das atividades desenvolvidas pela associação AAFCOOLAS. Entre as atividades, destacam-se as ações de formação e de acesso às políticas de convivência com o semiárido, com a implantação de cisternas de placas, enquanto tecnologias sociais de captação de água, como também de distribuição de sementes para a agricultura familiar.

Essas políticas públicas acessadas na comunidade são possíveis por conta da existência do associativismo. Foi possível perceber essa importância como forma de superação dos desafios da agricultura familiar, um deles é a escassez de água, falta de terra para o plantio, acesso a crédito e desvalorização da mercadoria, além da assistência técnica. O processo de organização é um espaço formativo de tomada de consciência de classe na resistência e na luta por melhorias das condições de vida.

A realização desta atividade acadêmica de ensino permitiu a reflexão que os desafios são de naturezas históricas, vindo do processo de colonização e de formação do território do município de Feira de Santana, especialmente da constituição dos povos do campo, a partir da agricultura familiar.

A partir das ações desenvolvidas no Tempo Comunidade, surgiu o problema de como superar os desafios, a partir da organização comunitária, como possibilidade de integrar as lutas dos movimentos sociais do campo? Esta questão permeou a construção desta pesquisa, como forma também de integrar a centralidade na questão agrária, de luta pela terra nas dimensões da educação, saúde, moradia digna e incentivo para o desenvolvimento da agricultura familiar, em que traz a nossa implicação em adentrar um Curso de Licenciatura em Educação do Campo

com Habilitação em Ciências da Natureza, enquanto uma política pública conquistada pela luta dos movimentos sociais do campo.

Pensando nesses sujeitos do município de Feira de Santana, temos ciência que os movimentos sociais do campo após muitos enfrentamentos conseguiram assegurar o direito a uma educação emancipatória. Consideramos que a Licenciatura em Educação do Campo do CETENS/UFRB abre a possibilidade de nós, povos do campo, termos direitos a uma educação contextualizada como possibilidade de emancipar e transformar as condições de desigualdades que fomos submetidas na história.

Segundo Caldart (2000, p. 6), “ao buscarem reconquistar o direito ao trabalho e a dignidade, estes sujeitos e suas lutas nos ensinam algo mais sobre processos de transformação social, e sobre práticas de educação a eles vinculadas”, em que a organização destas lutas pelos movimentos sociais é considerada espaço de formação.

No decorrer da história do Brasil, os sujeitos do campo têm acesso ao modelo de educação que é oferecida na cidade, recebendo professores que não apresentam na sua formação condições para atender alunos que são oriundos do campo e precisam valorizar sua identidade, mas também ter acesso a uma educação humanizada que desenvolva neles o senso crítico. Assim, a luta foi na construção da Educação do Campo enquanto direito por uma educação do/ no campo que promova o processo de humanização e de libertação a partir de construção de conhecimentos críticos.

A Educação do Campo apresenta princípios específicos que orientam suas ações pedagógicas respeitando a diversidade do sujeito do campo nos seus aspectos, culturais, ambientais, políticos, econômicos e de gênero. Hoje a Licenciatura em Educação do Campo está presente em Feira de Santana, com a inserção de discentes representados por uma diversidade de povos do campo e da cidade de vários municípios do estado da Bahia.

Além de formar professores para atuarem em espaços formais da educação, esse curso também forma sujeitos para desenvolverem atividades nos espaços não formais de educação. Entre esses espaços, destacamos as associações que desenvolvem projetos que almejam o fortalecimento da comunidade, no contexto de organização social, cultural, política, ambiental e econômica.

Com o envolvimento nas atividades da associação, foi possível compreender que os sujeitos passam a conquistar e reconquistar seus direitos valorizando seu processo histórico de vida e sua cultura. São os sujeitos da agricultura familiar, enquanto povos do campo que representam um segmento heterogêneo, mas ao mesmo tempo, unifica a necessidade de uma

educação que tenha a centralidade na formação humanizada. É uma educação que possibilita a construção de um ser social capaz de refletir criticamente e de questionarem sobre o modelo de campo que desejam lutar para a construção (FREIRE, 2004).

Nesse processo, o trabalho também é considerado um instrumento formativo que educa o ser humano, baseado na relação ser humano/natureza que leva a compreensão das relações sociais existente na sociedade. Essa visão entra em confronto com a organização de trabalho imposta pelo modelo capitalista de produção, onde desvincula o trabalho da educação, transformando parte da sociedade em mão de obra barata para atender as demandas do mercado e assim o trabalho se torna alienante, excluindo a dimensão educativa nele existente.

Assim, essas organizações representam espaços não formais da educação que promovem aprendizagens, e na oportunidade, foi possível realizar tanto o Estágio III – em Espaços não Formais, como o tempo comunidade a partir de Plano de Estudos discutidos e integrados ao tempo universidade. Esses dois tempos formativos fazem parte da modalidade da Pedagogia da Alternância, que possibilita uma formação continuada nos diversos espaços, onde os discentes se encontram inseridos.

Portanto, o regime da alternância se divide em dois períodos: tempo-universidade, onde ocorrem aulas presenciais que possibilita o conhecimento acadêmico; e tempo-comunidade que é o momento do discente colocar em prática o que foi aprendido no tempo universidade e assim continuar seu processo de aprendizagem na sua comunidade.

A Pedagogia da Alternância possibilita que estudantes a partir de discussões teóricas – metodológicas ser inseridos nos espaços de educação não-formal com o objetivo de desenvolverem atividades que possibilitem a compreensão, análise e, posteriormente, intervenção nesses espaços. Sistematizando os aprendizados do tempo-universidade colocando em prática no tempo-comunidade.

O estágio Curricular Obrigatório III se configura nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo como uma ação que transpassa os tempos e espaços formativos. Sendo a educação uma construção que ocorre em diversos espaços o conceito de educação apresenta campos distintos levando em conta o espaço físico e os objetivos de ensino. Segundo Gohn “a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados” (GOHN, 2014, p.40).

Nesse caso, as atividades são regidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Já a educação não formal é define como uma educação “que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações

coletivas cotidianas” (GOHN, 2014, p. 40). Contudo, a educação no espaço não-formal é voltada para formação de sujeitos críticos que envolvem os princípios sociopolíticos e culturais.

Sendo assim, o Estágio Curricular III é realizado em espaços não formais também é visto como uma ferramenta que contribui para a potencialização da associação através de atividades desenvolvidas durante o Tempo Comunidade.

A metodologia do processo educativo do Estágio III não demanda atividades prontas para serem desenvolvidas nas associações, mas possibilita que os discentes juntos com os associados elaborem um plano de atividade que atenda suas necessidades. Dessa forma, proporciona uma construção coletiva com os associados com apoio da universidade, permitindo uma aproximação de ambas as partes universidade e associação.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo geral analisar as contribuições do associativismo como espaço não-formal da Educação do Campo, a partir da realidade dos agricultores familiares da Associação de Pequenos Agricultores Familiares de Lagoa Suja e Adjacências (AAFCOOLAS) no município de Feira de Santana-BA. Para que haja participação do coletivo nas tomadas de decisões, e com isso a comunidade passe a ter autonomia e alcancem os objetivos comuns a partir dos sujeitos da agricultura familiar.

Para tanto, foi necessário contextualizar a história de formação do contexto agrário do município de Feira de Santana para compreensão dos sujeitos da agricultura familiar; e analisar as contribuições do processo associativo da experiência da AAFCOOLAS na relação com a educação do campo.

2. PROCESSO METODOLÓGICO

Este trabalho foi desenvolvido a partir da experiência do Estágio III, que iniciou suas atividades em dezembro de 2018, através de encontros com a diretoria da associação para discussão sobre o tema a ser trabalhado no estágio. Em janeiro de 2019, ocorreu uma reunião na associação, nesse momento discutimos o tema coletivamente para aprovação de todos os associados. Para trabalhar em uma associação, onde alguns participantes não possuem habilidade de ler e escrever optou-se por atividades orais e desenhos. No final das oficinas as mulheres sistematizavam o que compreenderam sobre o tema desenhando e pintando no tecido, que ao final foi costurado os tecidos para se tornar uma grande colcha de retalho, além disso elas apresentavam seus desenhos de forma oral. Com isso, permitiu a participação de todas nas

atividades solicitadas, pois esse modelo de organização comunitária também se configura como um espaço de sociabilidade.

As atividades foram realizadas através de oficinas temáticas que permitiram a construção coletiva do conhecimento, baseado na perspectiva *freiriana*, onde diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2004). As oficinas aconteceram com a presença de 20 agricultoras da comunidade e foram trabalhados os temas que integram a Agroecologia, em três encontros.

A abordagem metodológica empregada neste trabalho é de cunho qualitativo, e Minayo (1993, p. 21) afirma que a metodologia qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, almejando um conhecimento mais aprofundado do estudo das relações do comportamento de um determinado grupo social.

Nesta perspectiva, foi utilizada a pesquisa documental, através do Relatório do Estágio Curricular Supervisionado III; e da pesquisa bibliográfica, a partir das referências utilizadas no Curso da Licenciatura em Educação do Campo, com as categorias Educação do Campo a partir do espaço não-formal, o associativismo e a agroecologia.

E por fim, foram utilizadas as técnicas da pesquisa participante, como sugere Brandão (2018, p.257), que “é uma alternativa no campo da Educação Popular com compromisso social, político e pedagógico com a comunidade da qual trabalhamos na construção de um saber partilhado e significativo”. Esta técnica está engajada em observar a realidade concreta para criar meios de que venham transformar, resistir e lutar contra os projetos dominantes da sociedade. A pesquisa participante se articula com a Educação Popular, na busca por transformação da realidade vivenciada pelos movimentos sociais.

Portanto, a educação popular permeia a educação no espaço não formal, como método que valoriza os saberes das comunidades, implicada como criticidade a partir de diálogos e participação comunitária na vida social (BRANDÃO, 1986). Entende-se que na educação popular os saberes da comunidade são fundamentais para o processo formativo transformador, em que permeia a amorosidade e o afeto. Freire (2004) afirma que é fundamental que as trocas e aprendizados sejam permeados pelo diálogo e pela amorosidade, como práticas pedagógicas que se identificam com a esperança e a abertura à justiça.

Sendo assim, esse trabalho busca compreender de que forma o associativismo como espaço não-formal da educação do campo, contribui no processo de organização da comunidade.

3. A FORMAÇÃO DO CONTEXTO AGRÁRIO DE FEIRA DE SANTANA

O município de Feira de Santana está inserido no Território de Identidade Portal do Sertão, em que representa o agrupamento de municípios que possuem identidades culturais, geográficas, sociais e econômicas. Segundo Velloso (2013, p. 69), a nova institucionalidade construída a partir da unidade de planejamento em território, pressupõe “noções de governança e de concertação social para instrumentação da participação social nas ações de intervenção governamental”.

Assim, o estado da Bahia foi dividido em 27 territórios de identidade¹, sendo que um deles é o Portal do Sertão. O Território do Portal do Sertão tem a centralidade no município de Feira de Santana, especialmente com a sua formação desde o período colonial. É um período que influencia a caracterização no que se refere a questão agrária, ao analisar o processo de ocupação, uso e posse da terra voltada para a produção agropecuária.

Essa forma de colonização foi pautada no modelo de monocultura destinada à exportação, em grandes extensões de terra e no trabalho escravocrata que contribuíram para a conformação da estrutura agrária brasileira. Segundo Velloso (2013), esse movimento explica o processo de colonização portuguesa no Brasil, como também as formas de apropriação do território e o surgimento da pequena propriedade.

Feira de Santana é o segundo município mais populoso do estado da Bahia, com uma população de 556.642 habitantes (IBGE, 2010). O município apresenta crescimento considerável por conta do comércio que é a principal atividade econômica e por ser um grande entroncamento rodoviário, que surgiu da Fazenda Santana Olhos D'Água, do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão que construíram uma capela em homenagem a São Domingos e Santana, onde ao redor foram erguidos senzalas e casebres.

Esse entroncamento rodoviário traz a concepção do estudo de Freitas (2014, p. 44) na formação territorial do sertão a partir da análise de Feira de Santana, “lugar que serve de alicerce para a busca do conhecimento” para explicação sobre um passado-presente, especialmente da “intencionalidade da (des) valorização do espaço do interior da Colônia”. A autora ainda analisa que a colonização foi impiedosa porque não conferiu oportunidades para os habitantes do

sertão, a partir de Feira de Santana, em que foi projetada a lógica perversa de acumulação para garantir a apropriação das terras, com uso da força e do poder.

Essa passagem histórica de ocupação do território para a exploração das pessoas e das riquezas materiais traz como consequência as desigualdades estabelecidas, sob a ótica de usurpar as riquezas aqui encontradas pela classe dominante agrária e colonizadora. Esse movimento foi caracterizado do processo de colonização do litoral ao sertão, em que este último representava um “vazio” de acumulação primitiva do capital para grandes proprietários de terras, mas que se confrontava com os povos que migraram para as áreas mais pobres e que vieram “a se constituir reserva de valor, porquanto doravante habitada” (FREITAS, 2014, p. 174).

Feira de Santana foi um local denominado a “porta” ou a “entrada” para o sertão, como o Portal do Sertão, com uma posição geográfica favorável que se tornou ponto de parada das tropas e dos viajantes que vinham do alto sertão baiano e das regiões do Piauí e Goiás. Para atender as demandas dos tropeiros surgiu centro de permutas e escambo que é a troca de mercadorias ou serviço, neste movimento migratório do litoral para o sertão. Wodis (2015) afirma que

o município de Feira de Santana, outrora uma sesmaria de trilhas e caminhos de gado que ligava o litoral, especialmente à cidade de Salvador, aos mais diversos lugares e pousos do sertão nordestino, recebendo fluxos migratórios daqueles que buscavam no gado, nos metais e pedras preciosas e nas mercadorias uma forma de trabalho e riqueza; uma parada de descanso, de trocas e negócios e das fontes d'água para aplacar a sede das boiadas e das tropas de burros que circulavam entre o sertão e o litoral. A intensificação do fluxo de mercadorias, elevou a sesmaria a condição de vila e mais ainda a de cidade comercial. (WODIS, 2015, p.18).

Este município localiza-se no maior entroncamento rodoviário de todo o Norte-Nordeste do país, sendo referência das primeiras feiras de gado do Brasil. Tem na sua história “uma mistura de fazendas de gado e trabalho escravo, que formavam o amálgama da vasta extensão territorial”, de um povoamento do sertão que tinha como maior objetivo o extermínio dos povos indígenas para a composição de uma sociedade escravocrata a partir da exploração dos negros africanos (FREITAS, 2014, p. 30).

Schappo (2014) nas suas análises sobre Josué de Castro no contexto da agricultura de sustentação presentes na obra *Geografia da Fome* (1946) afirma que o sertanejo nesta configuração se tornou um agricultor de produtos de sua sustentação, como um “plantador” que semeavam alimentos em pequenas parcelas de terras em que os senhores de engenho permitiam.

Essa forma de produção traz o policultivo que se constitui como um regime alimentar de diversidade, em contraposição as monoculturas implantadas no regime das sesmarias no litoral, bem como da criação do gado no sertão.

Com relação a agricultura, Feira de Santana se mostra um local propício para o cultivo de alimentos para consumo local, e segundo Morais (2011), com a chegada dos colonos que habitaram em São José das Itaporocas, os fazendeiros tinham que cultivar seus alimentos nas fazendas por conta da distância da zona agrícola, era cultivado mandioca, feijão, milho, banana, legumes e cana-de-açúcar, com a mandioca produzindo tapioca e farinha. Observa-se que a cultura de subsistência era propícia nessa região.

Essa produção da agricultura familiar acontece, desde então, em uma estrutura fundiária que tem seus conflitos historicamente nos aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais. A concentração de terra que se deu no período da colonização e continuou com a Lei de Terra de 1850 que permitiu ter acesso à terra quem tivesse condições para compra-las.

Esse modelo de desenvolvimento continua até os dias atuais. Apesar de muita articulação dos movimentos sociais que surgiram para construir coletivamente meios que contribuem para diminuir a desigualdade social existente no campo, a questão agrária está presente no município de Feira de Santana que apresenta uma grande área rural que reside os agricultores familiares que estão passando por um processo de transformação do seu território e sua identidade camponesa.

Entretanto, em Feira de Santana se traz o contraste da relação do processo de colonização, caracterizado pelo modelo agroexportador, marcado pelas feiras e criação de gado, mas ao mesmo tempo, como Wodis (2015) afirma da força motriz de diversas atividades econômicas que dinamizaram este município, especialmente a partir de 1950 e depois pela instalação do Centro Industrial Subaé - CIS, em 1970. Ainda segundo o autor,

Essa dinâmica não ficou limitada apenas ao crescimento urbano, o espaço rural municipal também alterou suas configurações da estrutura fundiária, das relações de trabalho e ampliou as relações campo-cidade, com novas ruralidades relacionadas ao modelo urbano/econômico que a cidade e o município impuseram como padrão de desenvolvimento econômico. Os vetores de uma nova reorganização espacial pós-70, em especial a instalação do Centro Industrial Subaé (CIS), reconfigura a cidade de Feira de Santana, outrora praça de gado e rotas de boiadas, de currais e da grande feira-livre, em uma cidade industrializada e de comércios e serviços, como importante polo financeiro e comercial, no interior do Estado da Bahia (WODIS, 2015, p.18).

Atualmente a área rural de Feira de Santana está sofrendo alterações em sua estrutura fundiária e de trabalho, essa mudança é um reflexo do modelo de desenvolvimento urbano presente no município, onde está mudando as relações de trabalho e renda. Como afirma Couto,

A inserção do modo de produção capitalista em escala mundial promove significativas mudanças tanto na produção quanto na organização da sociedade. No campo essa situação ficou transparente e mais evidente a partir de fatores como: o fortalecimento da propriedade privada; a inserção de máquinas e insumos agrícolas na produção; e, principalmente, a expropriação do pequeno produtor como estratégia do capital para explorar cada vez mais a mão de obra (COUTO, 2014, p. 24).

Em consequência dessas situações, destaca-se no campo a predominância de imóveis com tamanho inferior ao módulo que é a medição de terras em hectares estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para cada município. As áreas que apresenta módulo fiscal abaixo do estabelecido pelo município são classificadas como minifúndios. No artigo 4º, da Lei 4.504 de 1964, entende-se por minifúndio, “o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar”, ou seja, este imóvel apresenta módulo fiscal inferior ao estabelecido pelo município, o que à torna inviável para o crescimento econômico, social das famílias que residem e cultivam na propriedade (BRASIL, 1964).

O município de Feira de Santana há marcante presença dos minifúndios quando é levado em consideração o módulo fiscal do município que é de 30 hectares. Essas terras que estão se tornando minifúndios em muitos casos, são heranças passadas de pais para filhos, que ao longo do tempo vão sendo dividida para o plantio e moradia dos filhos e netos que residem no campo. Dados do IBGE (2006) apontam que 95,8% do município de Feira de Santana têm estabelecimentos rurais mais de zero e abaixo de 50 hectares que ocupam apenas 39,5% da área total destes estabelecimentos no município.

No entanto, devido às condições que não contribuem para que seja possível desenvolver uma atividade econômica para suprir a renda familiar, os mesmo se deslocam para a cidade, se submetendo a trabalhos pesados, assalariados ou trabalhos informais como venda de roupas, alimentos entre outros. Com essa situação esse minifúndio que é dividido para moradia de toda geração da família e plantio das culturas de subsistência se tornam insuficiente para desenvolvimento econômico e social das famílias (WODIS, 2015).

Stédile (2012) traz situações de conflitos com relação à questão agrária ao relatar dois pontos de vista com relação ao campo. O primeiro ponto está à burguesia que vê a agricultura em desenvolvimento, com boa produtividade, e com isso a agricultura está crescendo muito

bem. O segundo ponto apresenta como a organização do uso posse e propriedade está ocasionando graves problemas econômicos, sociais, político e ambiental.

A desigualdade com relação a distribuição de terra em Feira de Santana desencadeia uma série de problemas relacionado a produção de alimentos, trabalho, saúde e educação. Alguns agricultores passam por dificuldade de acessar o seguro safra e empréstimos para criação de animais, porque não possuem quantidade de terra suficiente par realizar os cadastros. Essa situação também afeta o desenvolvimento das atividades na associação, por conta da dificuldade de adquirir recursos para comprar um terreno que dê possibilidade de acessar credito para construção da cede e uma área para atividade coletiva. O estágio teve dificuldade em desenvolver as atividades justamente por que a associação não tem terreno para o trabalho coletivo.

Observa-se toda atenção voltada para o comércio que exerce forte influência na economia e o crescimento acelerado da urbanização, mas ao debruçarmos sobre a realidade do campo observam-se grandes problemas sociais e econômicos e a presença forte dos latifundiários.

Com as crescentes mudanças na forma de produção agrícola desenvolvida pelo modelo capitalista, os agricultores que produzem alimentos de subsistência enfrentam problemas que afetam a renda familiar e em consequência desse processo os moradores do campo se deslocam para os centros urbanos em busca de emprego no comercio e construções civis. Segundo Couto (2014, p. 19), “como resultado desse processo, intensificam-se as desigualdades sociais no campo devido às diferentes condições de inserção no modo de produção capitalista”.

Observam-se como as visões de desenvolvimento de campo são distintas, o que também leva a invisibilidade dos agricultores familiares e a desigualdade presente no campo, pois agricultura capitalista apresenta uma produção satisfatória, mas não atende as necessidades dos pequenos agricultores familiares.

O campo está transformando seu espaço, e recebendo um novo modelo de desenvolvimento urbano que vem com o mesmo discurso de progresso e modernidade para o campo, são os loteamentos, as grandes empresas imobiliárias compram as terras dos grandes latifúndios e constroem os loteamentos próximos aos minifúndios.

A partir dessa realidade torna possível compreender porque o meio rural está cada dia apresentando características urbanas e acompanhando a dinâmica do desenvolvimento urbano, mas apesar dessa realidade o campo não tem acesso às políticas públicas para acompanhar esse crescimento. Com isso, ao discutir a questão agrária, cada período vai apresentar problemas

agrários diferentes em que “para cada aspecto estudado de cada sociedade em cada período histórico, serão encontrados diferentes “problemas agrários”, surgidos como resultado das contradições criadas pelas formas de organização presentes naquela sociedade” (STÉDILE, 2012, p.641).

Com a estrutura rural passando por modificações que está alterando a dinâmica do campo, mudando o modo de produção e transformando o espaço rural em espaço urbano, o pequeno produtor que resiste a esse processo histórico de desvalorização e precarização está diminuindo consideravelmente sua produção para comercialização (WODIS, 2015).

A agricultura familiar que se organiza no âmbito familiar, desempenha papel importante na produção de alimentos para autoconsumo, além de ser o fornecedor de grande parte do alimento para consumo interno, de acordo com o Censo (IBGE, 2006). Ao discutir uma definição para o termo agricultura familiar Neves (2012, p. 33) afirma que, “agricultura familiar corresponde a formas de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietário dos meios de produção e executora das atividades produtivas”.

Esse modelo de produção é realizado em pequenas propriedades, onde residem e produzem alimentos no mesmo local, são produções que não fazem uso de produtos químicos, a produção é diversificada e a renda é revertida para manutenção da família. No entanto, alguns membros da família podem recorrer a trabalhos fora da propriedade familiar e essa renda ser utilizada para reforçar as atividades agrícolas ou como renda extra. Nesse caso, não é suficiente para se referir a está situação como se houvesse a desestruturação do trabalho familiar, pois só ocorre essa desvinculação quando a terra passa a ter apenas valor como mercadoria (SAVOLDI, CUNHA, 2010).

Como forma de enfrentamento dos problemas agrários presente na região, a comunidade de Lagoa Suja conseguiu visualizar na organização comunitária através do associativismo uma maneira de resistir às formas de opressão e criar possibilidades para ter acesso às políticas públicas que são encaminhadas para os agricultores através da associação que defende os interesses da comunidade. A organização dos Agricultores produz mais visibilidade e força para reivindicar seus direitos como: estradas, escolas e posto de saúde que não são direcionados para as localidades se as associações não se organizarem e questionarem a implantação dessas políticas no campo.

A educação tem um papel importante na formação do sujeito o qual contribuirá para o desenvolvimento da sociedade onde vive. É importante ressaltar que a educação se apresenta nos diferentes espaços de atuação do sujeito. Compreendendo os modelos educativos Educação

formal, não formal e educação não formal exige habilidades e certificação, diploma, ambiente com regras estabelecidas a serem seguidas rigidamente. Já a educação não formal vem oferecer a educação construída coletivamente e desenvolvidas nos grupos sócias, independente de idade, nível de escolaridade e visa contribuir para o crescimento dos sujeitos em todas as áreas de sua vida.

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura. Outro modelo de educação que também contribui para a construção do ser humano, é a educação informal que ocorre em todas as etapas da vida dos sujeitos em seus espaços de atuação a partir de suas vivências e experiências adquiridas que são passadas de uma geração para outra, num processo contínuo, onde cada pessoa adquire de forma natural saberes das vivências diárias que não são organizado com tempo estipulado para acontecer.

Com isso, percebe-se a organização dos modelos de educação e a quem ela atende nessa sociedade que valoriza o diploma e certificação, mas com a Educação do Campo é possível conhecer o papel de cada um na sociedade e construir uma educação que atenda a demanda rela dos sujeitos.

4. O ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE DE LAGOA SUJA

Para se organizarem enquanto sociedade civil, os agricultores familiares da comunidade de Lagoa Suja recorrem ao associativismo, que ganhou destaque no meio rural quando iniciou os movimentos sociais do campo. Este modelo de organização é o meio de articulação que os agricultores dispõem para conquistar os objetivos comuns, seja por parte do poder público ou atividades internas como formação de lideranças, palestras sobre saúde, cultura e cursos técnicos. Como afirma Santana (2019), o associativismo promove na comunidade a união da população para juntos alcançar o desenvolvimento de toda a comunidade que se organizam coletivamente, buscando o desenvolvimento rural para toda a comunidade.

Nesse espaço é possível a discussão de estratégias de superação dos desafios da comunidade e da sua base da agricultura familiar, com garantia ao acesso de políticas públicas que são operacionalizadas através das associações. Observamos que uma comunidade organiza

de forma coletiva tem como lutar pelos seus direitos e bem estar da comunidade. Sendo assim, o associativismo vem para fortalecer ainda mais a comunidade.

Neste contexto, a Associação dos Pequenos Agricultores Familiares de Lagoa Suja e Adjacências (AAFCOOLAS), foi criada em 11 de março de 2003, como uma entidade civil sem fins lucrativos com sede na comunidade de Lagoa Suja, localizada as margens da BR 116 Norte, no Distrito de Maria Quitéria, em Feira de Santana - BA. Os agricultores familiares que se comprometeram e se associaram para lutar pelo bem comum da comunidade, residem nas propriedades de suas famílias e são minifúndios.

Traçando o perfil dos agricultores familiares, a comunidade possui em média 300 famílias, sendo a maioria de jovens que não faz grandes plantações, cultivando apenas para consumo próprio da família. Outra parte são os aposentados e os que trabalham no comércio ou está investindo na comercialização de alimentos industrializados, abrindo mercados, bares, sorveteria, salão de beleza e oficina no campo. Para esta comunidade rural, a agricultura se tornou um complemento para a alimentação familiar e animal, essa realidade é reflexo da escassez de chuva, a falta de local para plantar e a dificuldade para acessar políticas públicas para convivência com a seca.

Lima (2007) aborda que o aumento da pluriatividade no rural enquanto espaço multidimensional foi consequência da modernização agrícola como processo de urbanização do campo, com a manutenção de uma estrutura fundiária conservadora. Velloso (2013) problematiza que não cabe aqui tratar de um “novo rural”, mas de como compreender o espaço rural na sua transformação a partir da intensificação de problemas estruturais e de intensificação do modo de produção capitalista. É o que Rosa e Ferreira (2006) afirmam que o modo de vida familiar não se traduz em outro modo de produção, mas são formas de vida e de trabalhos rurais quanto urbanos integrados à sobrevivência de famílias dos agricultores.

Ainda assim, observam-se os plantios em pequenas quantidades de milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e mandioca (*Manihot esculenta*). Alguns comercializam nas feirinhas ou às margens da BR 116, compram a maioria dos produtos no Centro de Abastecimento ou colhem do seu quintal as frutas como manga (*Mangifera indica*), caju (*Anacardium occidentale*), acerola (*Malpighia emarginata*), ciriguela (*Spondias purpúrea*), tamarindo (*Tamarindus indica*), carambola (*Averrhoa carambola*), cajá (*Spondias mombin*), jaca (*Artocarpus heterophyllus*), umbu (*Spondias tuberosa*) e licuri (*Syagrus coronata*).

Sendo a associação um espaço de discussão e formação humana, o estágio foi uma maneira de contribuir no processo de formação do grupo, já que tratou de assunto relevante

para sua produção no campo. O tema gerador foi a Agroecologia, em que no primeiro encontro foi abordado sobre a “Agroecologia: Histórico da Agricultura”; no segundo encontro, sobre a “Agroecologia e seus princípios”; e no terceiro encontro, a “Agroecologia cultivando o solo”, que foram trabalhadas as práticas agroecológicas para cultivo do solo e da produção de compostagem.

Nesta perspectiva, trabalhar com o tema agroecologia possibilitou levar conteúdo novo e ao mesmo tempo aprender antigas práticas agroecológicas trazidas pelos associados, que apesar de não terem o conhecimento acadêmico, possuem saberes que ao se unir com o conhecimento científico possibilitam criar novas alternativas e estratégias apropriadas para que o agricultor possa ter uma boa produção, com produção de alimentos saudáveis e com o cuidado com a natureza. É o que afirma Primavesi (2016, p. 29), “é lógico que a agricultura não pode conservar os ecossistemas naturais. Mas ela pode tentar instalar ecossistemas simplificados próprios aos trópicos, e que afetam o mínimo os serviços ecossistêmicos essenciais à produção e à vida superior”.

No primeiro dia de oficina discutiu-se o tema Agroecologia: Histórico da Agricultura. Ao discutir o histórico da agricultura, levantou o debate sobre modernização da agricultura, se foi um processo positivo para o agricultor familiar. Algumas mulheres relataram que foi bom, porque antigamente o trabalho era muito pesado.

Observou-se que, as mulheres confundiram sobre a modernização da agricultura a partir dos instrumentos de trabalho, com a inclusão de agrotóxicos e de insumos químicos, bem como de sementes geneticamente modificadas no ambiente da agricultura familiar. Essa modernização vem com a marca de trazer progresso, mas segundo Velloso (2013), o período da modernização conhecida como “conservadora”.

Teve o pressuposto da necessidade de industrialização do campo a partir do modo de produção capitalista, com panorama de precarização das relações de trabalho devido às transformações sofridas as relações sociais de produção no espaço rural brasileiro. Não se pode desconsiderar que a modernização propiciou aumento na produção agrícola, voltada para a exportação e que contribuiu para o crescimento da economia brasileira, mas de maneira desuniforme no espaço nacional. Portanto, essa *modernização* foi excludente, com benefícios direcionados, especialmente, para a elite rural, e proporcionou o aumento do êxodo e no empobrecimento da maior parte da população rural, principalmente no Nordeste brasileiro a partir da formação de um exército de reserva de mão-de-obra. (VELLOSO, 2013, p. 91).

Com isso, percebe-se o quanto a facilidade na agricultura agrada as pessoas de forma que se esquece da qualidade da produção e da sua extrema dependência da natureza e o quanto alguns equipamentos e produtos que facilitam o trabalho afetam negativamente a produção e o

solo. Essa percepção vem propagada pela assistência técnica e extensão rural, bem como de *facilidades* que não são aprofundadas suas consequências, mas ficam na aparência de uma tarefa que possa ser mais branda, especialmente para o trabalho das mulheres rurais. Em um dos depoimentos, houve a afirmação de que “tem um rapaz na comunidade que só capina a terra e a sua produção é diversificada e de qualidade” (Participante 1).

Com esta afirmação, constata-se que as agricultoras observam na própria comunidade que o cuidado incorreto do solo utilizando máquinas como o trator que rompe o solo e leva para a superfície o solo morto que é impróprio para o plantio, além da compactação do solo com as rodas pesadas dos tratores. Com isso, Primavesi (2016, p.176) ressalta que as máquinas não “mantém a saúde e a fertilidade dos solos” e ao cuidar do solo como faz este agricultor da comunidade a produção se torna diversificada e de qualidade.

Com a utilização de práticas simples que possibilitam uma produção orgânica e diversificada as agricultoras se perguntaram por que colocam a culpa no solo? Outra participante expressou que “é desinteresse, é falta de conhecimento, que não vamos buscar” (Participante 3).

As agricultoras que já possuem um histórico de luta percebem o quanto é importante para a comunidade ter acesso a formações que auxiliem nesse processo de resistência no campo. Há diversos autores que trabalham com temas necessários para os agricultores, como Ana Primavesi (2016), é uma referência que pode ser apresentada para a comunidade observarem que o solo que cultivam os métodos que utilizam é objeto de estudo de diversos autores.

Outra participante afirmou que “não tem vantagem porque até a relação da família foi afetada, a fartura de alimento está pouca, a população se acomodou com a facilidade, até a convivência com os vizinhos foi modificada” (Participante 2).

Ao citar as definições para agroecologia, Gubur e Toná (2012) trazem a agroecologia como um conjunto de conhecimentos que tem como base as técnicas e saberes tradicionais, que possui princípios agroecológicos. As atividades agrícolas foram afetadas pelo modelo de agricultura capitalista. Portanto, percebe-se que as mudanças não afetaram apenas a produção de alimento, mas também a vida social da comunidade, pois acabaram com os mutirões, onde havia troca de dia entre os vizinhos para o plantio e colheita dos alimentos e também com as batatas de feijão que diminuíram por conta da modernização agrícola.

Na segunda oficina foram trabalhados os princípios da agroecologia. Foi construída uma maquete que permitiu refletir sobre a camada do solo utilizada para plantio e o quanto está perdendo suas propriedades por causa dos agrotóxicos e as queimadas. Sobre os princípios da

agroecologia, foi abordado o princípio da vida, onde a natureza é o local que todas as formas de vida se reproduzem, por isso, é preciso respeitar toda forma de vida seus ciclos e sempre ter uma visão sistêmica da realidade, porque se não olharmos a natureza e compreender como cada componente se relaciona, será difícil encontrar o equilíbrio necessário para determinados problemas que ocorre no campo.

Na terceira oficina esteve presente Isabel de Jesus Santos, docente do curso de Licenciatura em Educação do campo, UFRB que trabalhou com o tema agroecologia cultivando o solo. Houve reflexão sobre a natureza, importância do solo e como as pessoas afetam todo o ecossistema do planeta com pequenas práticas que afetam o solo. Foi explicada a parte teórica da compostagem, ressaltando a importância de cada produto usado, as folhas, cascas de frutas, esterco de animais entre outros.

No último encontro foi feito uma avaliação geral das oficinas onde os moradores falaram que é muito importante ter pessoas da comunidade interessada em trazer novos saberes para a localidade fortalecendo nossos meio de cultivos e nos incentivando a ter uma produção agroecológica de fácil acesso. Hoje na comunidade de Lagoa Suja nove mulheres estão cursando Educação do Campo, no CETENS/UFRB.

Esta situação reafirma a importância do associativismo como espaço não-formal da educação do campo, pois auxilia no desenvolvimento dos sujeitos que compõe as associações. É o que ressalta Gohn (2008, p. 28) ao afirmar que a educação não-formal possibilita “a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos e cotidiano”.

A educação em espaços não formais não é valorizada pela mídia por não ser considerada processos escolarizáveis (GOHN, 2009). Os movimentos sociais e os discentes da Educação do Campo vêm se mobilizando e levando para as associações formações que contribuem para o desenvolvimento do campo.

Nesse contexto, é visível a importância dos sujeitos do campo compreender seu processo histórico, como se deu os conflitos existentes na comunidade, e sentirem-se sujeitos capazes de superar o atual momento histórico. A superação de antigos desafios em que o associativismo se apresenta como estratégia de união dos sujeitos da agricultura familiar, para que possam coletivamente buscar melhorias das condições de vida. Freire (1967, p. 41) considera que a experiência adquirida e herdada nas lutas, cria e recria as condições em que no seu contexto, respondem aos desafios, “objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo - o da História e o da Cultura”.

Com essa apropriação, os sujeitos passam a adquirir consciência e poder de decisões, engajando-se nas lutas pelo bem comum e na organização da comunidade. Uma das estratégias de organização das comunidades do campo é o associativismo, que tem perspectiva de uma educação humanizada e transformadora nos espaços não formais e a necessidade da luta pela reforma agrária para democratizar o acesso a terra. A luta pela terra está nas condições para permanência no campo, integrada com assistência técnica, educação, saúde e assim superar a lógica dominante que neutraliza a agricultura, impedindo o desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar.

Para chegar a essa superação, a educação humanizada capaz de libertar os sujeitos do campo da opressão e subordinação precisa ser engajada com a luta social e Freire (1967, p. 57) apresenta esta educação, como corajosa, “propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição”. O autor considera que a educação possa contribuir na humanização das relações, especialmente com poder libertário e transformador do processo de opressão que a classe trabalhadora foi submetida historicamente.

Essa experiência reafirma que agricultores são sujeitos que trazem consigo uma vasta bagagem de conhecimento e encontraram no associativismo uma forma de se organizarem quanto sujeitos de direitos que lutam para ter acesso as políticas públicas e o fortalecimento da agricultura familiar, visto que essa categoria apresenta um importante papel socioeconômico, ambiental e cultural que deveriam ter acesso a políticas públicas específicas para atender a demanda desta categoria (ALMEIDA, 2014).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho foi importante para analisar o associativismo como espaço de educação não-formal, visando o desenvolvimento da associação comunitária AAFCOOLAS, levando para o grupo possibilidades de transformação da realidade vivida pelos agricultores familiares, que enfrentam no campo a negação de direitos e dificuldades para acessar políticas públicas que deveriam ser de fácil acesso, e no entanto exige do grupo se organizar quanto sociedade civil para reivindicar e assegurar seus direitos.

O associativismo se mostra uma ferramenta importante, pois está ao alcance dos sujeitos do campo para auxiliar o acesso a políticas públicas, além de fortalecer os laços de coletividade para obterem uma melhor qualidade de vida no campo.

A Licenciatura em Educação do campo que através do Estágio Curricular Obrigatório III possibilita o desenvolvimento de atividades que dialoga com a realidade da associação, as oficinas com os associados proporcionou aos discentes observar as práticas do associativismo que abre caminhos para a realização da educação não-formal, levando para os agricultores formas de enfrentamento dos problemas presente na comunidade, afirmando a importância da organização comunitária, além de contribuir para formação acadêmica e sócio política dos discentes da Educação do Campo.

Para a comunidade entender o processo de busca por direitos, faz necessário compreender todo processo histórico que compõe a comunidade, refletir sobre os conflitos existente historicamente com relação a estrutura agrária do município que afeta diretamente a comunidade de Lagoa Suja. Sabemos que esse é um processo que perpetua através da educação humanizada se torna possível reverter esse quadro. Dessa forma percebemos que o associativismo é uma ferramenta indispensável para a agricultura familiar apesar dos conflitos internos, invisibilidade dos sujeitos do campo e desmonte da agricultura familiar.

As trocas de saberes entre as discentes e os associados reafirma que o associativismo e indispensável para o bom funcionamento da comunidade pois a educação não-formal possibilita o engajamento na luta social sendo de suma importância para os agricultores que estão inseridos num espaço de luta e resistência dos sujeito da agricultura familiar que vem resistindo a esse processo histórico de desigualdade social. Sendo assim o associativismo contribui para união do grupo dando possibilidade para desenvolvimento de atividades coletivas que beneficie a comunidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. Z. D.C. **Associativismo na Agricultura Familiar e Capital Social:** uma alternativa para o desenvolvimento no meio rural brasileiro. *In.* CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 3. , 2014, Salvador. Anais [...]. Salvador: CONINTER, 2014. p. 385-402

BRASIL. Lei. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, Brasília, DF, 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504compilada.htm. Acesso em: Novembro de 2020.

BRANDÃO, C. R. **O que é o Método Paulo Freire.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CALDART, R. S. **A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo.** Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/te3.PDF>>. Acesso em: novembro 2020.

COUTO, S. M. S. **Expressões da Questão Agrária no Portal do Sertão- BA.** Salvador: UFBA, 2014. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 56ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREITAS, N. B. **O descoroamento da Princesa do Sertão: De “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço.** São Cristóvão – SE: UFS, 2014. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia).

GOHN, M. G. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social.** Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Comum/Downloads/1-52-3-PB.pdf>>. Acesso em: novembro 2020.

GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>. Acesso em: novembro 2020.

GOHN, M. G. **Educação Não Formal Aprendizagens e Saberes em Processo Participativo. Investigar em Educação, IIª série, Número 1,** 2014.

GEOGRAFAR, **Geografiab dos Assentamentos na Área Rural. Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária. Feira de Santana - BA (1920 - 2006).** Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/feira_de_santana_-_ba.pdf>. Acesso em: novembro 2020.

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural Índices Básicos de 2013.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: novembro 2020.

IBGE. **Resultados preliminares do Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/BA2010.pdf>>. Acesso em: Novembro 2010.

LIMA, S. L. S. **Transformações sócio-territoriais e o espaço rural do Alto Sertão Sergipano.** São Cristóvão – SE: UFS, 2007. (Tese de Doutorado).

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1993.

MORAIS, Elias Enock Gomes. **São José dos Campos de Itapororoca: Aqui começou Feira.** Feira de Santana: Gráfica Clínica dos Livros, 2011.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura Familiar. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GUBUR, D. M, TONÁ, N. Agroecologia. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PRIMAVESI, A. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PAULO, F. S. BRANDÃO, C. R. **PESQUISA PARTICIPANTE E A EDUCAÇÃO POPULAR: luta e resistência a partir de Paulo Freire e de educadoras populares**. Vol.24, Barra do Graça-MT, 2018. Disponível em: <<http://revistas.cua.ufmt.br/revista/index.php/revistapanoramica/article/viewFile/763/19191991>>. Acesso em: novembro 2020

REGO, A. M. X. **EDUCAÇÃO: concepções e modalidades**, V. 6, N 1. 2018. Disponível em: <http://ucs.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/viewFile/5844/pdf>: Acesso em: 24/12/2020

ROSA, L. R.; FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 187-204.

SANTANA, R. T. **Associativismo rural: o caso da associação de desenvolvimento comunitário da Tiririca, Cruz das Almas: UFRB**, 2019. (Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de cooperativas).

SANTOS, A. A; SANTOS, M. A. **Agroecologia: cultive essa ideia**. Feira de Santana. UFRB. 2019. (Relato de experiência do Estágio Curricular Obrigatório III)

SCHAPPO, S. Josué de Castro e a agricultura de sustentação em Geografia da fome. **Sociologias**, vol.16, n.35, Porto Alegre, Jan/Apr. 2014. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: outubro de 2020.

STEDILE, J. P. Questão Agrária. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

VELLOSO, T. R. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no estado da Bahia**. São Cristovão - SE: UFS, 2013. (Tese de Doutorado).

WODIS, K. O. A. **A relação campo-cidade no município de Feira de Santana – BA: renda da terra, campesinato e ruralidades**. São Cristovão – SE: UFS, 2015. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia).